



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



**MENSAGEM Nº 88/2020**

Câmara Municipal de Pato Branco



**PROTOCOLO GERAL 1756/2020**  
Data: 23/06/2020 - Horário: 17:07  
Legislativo

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Anexo a presente mensagem encaminhamos Projeto de Lei, visando autorização legislativa para abertura de Crédito Especial no Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por Excesso de Arrecadação, junto a Secretaria Municipal de Saúde. O recurso é referente à Resolução SESA nº 198/2016, a qual disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para Reforma de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, Resolução esta que o município atendeu as exigências para o recebimento de recursos.

Desta forma, a Resolução SESA nº 494/2018 aprovou ao Município de Pato Branco o repasse de recursos estaduais para a realização da reforma da Unidade Básica de Saúde – Bairro Bortot, a qual se encontra localizada na Rua Olavo Bilac, nº 377. O valor destinado para a reforma corresponde a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito, 23 de junho de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 119 /2020

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.259/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	120.000,00

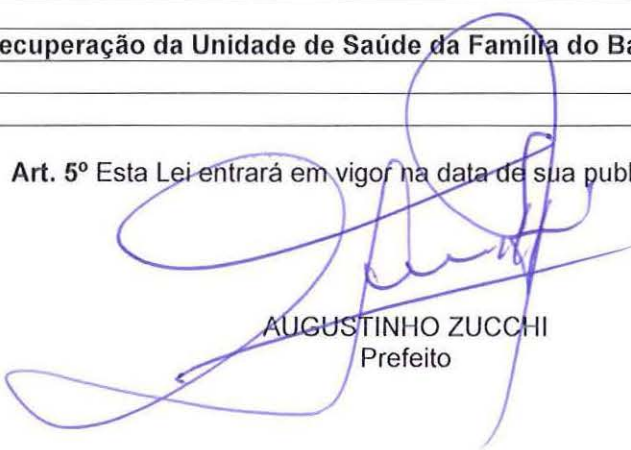
**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01	Atenção Básica	
10	Saúde	
10.301	Atenção Básica	
10.301.0043	Manutenção da Saúde	
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	
4.4.90.51 – 354	Obras e Instalações	120.000,00
<b>Total</b>		<b>120.000,00</b>

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00
<b>Total</b>	<b>120.000,00</b>

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

  
AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde



## RESOLUÇÃO SESA Nº 198/2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 45, § XIV da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e o Art. 8º, inciso IX do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 9.921/2014, e

- considerando as diretrizes e princípios para a consolidação do Sistema Único de Saúde, Art. 196 da Constituição Federal 1988, que dispõe sobre universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e controle social;
- considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo, e, em seu Art. 19, combinado com o Art. 20, dispõe que o rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, nos termos do inciso II do § 3º do Art. 198 da Constituição Federal, devendo as transferências dos Estados para os Municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde, serem realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei Complementar Estadual nº 152 de 10/12/2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde;
- considerando a Portaria GM/MS nº 2.488 de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Primária, e, no que diz respeito às competências das Secretarias Estaduais de Saúde, inciso II, dispõe que deve ser destinado recursos estaduais para compor o financiamento tripartite da Atenção Primária, prevendo, entre outras, formas de repasse fundo a fundo para custeio e investimento das ações e serviços;
- considerando a Lei Estadual nº 13.331/2001, em seu Art. 12 - inciso XVI, dispõe que o Estado deve exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;
- considerando a Resolução SESA nº 721/2013, que institui o Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 416/2014, que altera a Resolução SESA nº 721/2013;
- considerando a Resolução SESA nº 329/2015 que torna obrigatório o uso da cláusula antifraude e anticorrupção, na execução dos recursos financeiros repassados pela SESA;
- considerando a Resolução SESA nº 565/2015 que disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o Exercício de 2015;

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax : 3330-4407  
[www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br) - [gabinete@sesa.pr.gov.br](mailto:gabinete@sesa.pr.gov.br)





- considerando Resolução Conjunta SESA/SEIL/PRED nº 008/2016, que instituiu Resolução Conjunta para padronização da atuação da Paraná Edificações nas obras e serviços de edificações a serem executados por meio de parcerias voluntárias Convênios, Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou repasse Fundo a Fundo e/ou instrumentos congêneres, celebrados pela Secretaria de Estado da Saúde;
- considerando que o Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS - composto por três componentes: custeio, investimento e capacitação – é contínuo, constando do Plano Plurianual – PPA 2016-2019;
- considerando que no Plano Estadual de Saúde 2012-2015, a Diretriz 1 – Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da Rede “Mãe Paranaense”, prevê o apoio técnico e financeiro aos municípios para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde; e, também na Diretriz 6 - Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS), o fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, como ordenadora do sistema de saúde com vista à implementação das Redes de Atenção à Saúde no Estado, o que continua mantido no Plano Estadual de Saúde 2016-2019, em discussão no CES/PR; e
- considerando Deliberação CIB/PR nº 054/2016, que aprova o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o quadriênio 2016/2019,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Disciplinar o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família – USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o Quadriênio 2016-2019, na modalidade “Fundo a Fundo”.

**Art. 2º** - São considerados elegíveis para receber o incentivo de que trata o artigo acima, todos os Municípios do Estado do Paraná.

**§ 1º** - Os municípios elegíveis para receberem recurso estadual para reforma e/ou recuperação, serão priorizados levando-se em conta o Fator de Redução das Desigualdades Regionais.

**§ 2º** - Os municípios elegíveis deverão apresentar projeto de reforma e/ou recuperação, e após análise e aprovação da proposta, a SESA editará resolução de habilitação dos municípios contemplados para o recebimento dos recursos de custeio para reforma e/ou recuperação, observado o limite da disponibilidade orçamentária para este fim.

**Art. 3º** - Entende-se como obra de Reforma a alteração em ambientes sem acréscimo de área, podendo incluir as vedações e/ou as instalações existentes e, entende-se por obra de recuperação a substituição ou recuperação de materiais de acabamento ou das instalações existentes, sem acréscimo de área ou da disposição dos ambientes existentes.

**§ 1º** - O Componente Reforma e ou Recuperação do Programa APSUS é composto pelos seguintes grupos de serviços:

- I. Demolições e Retiradas;
- II. Infraestrutura;
- III. Estrutura;

#### **GABINETE DO SECRETÁRIO**





- IV. Alvenaria;
- V. Cobertura;
- VI. Esquadrias;
- VII. Instalações Hidrossanitárias;
- VIII. Instalações Elétricas;
- IX. Rede Lógica;
- X. Instalações Especiais;
- XI. Pisos;
- XII. Revestimentos;
- XIII. Vidros;
- XIV. Pinturas; e
- XV. Limpeza da Obra.

**Art. 4º** - As Unidades de Saúde da Família-USF de que trata o projeto apresentado pelo município, deverá estar cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES, como Centro de Saúde/Unidade Básica ou Posto de Saúde.

**Parágrafo Único:** Nos casos em que o endereço constante do CNES for diferente do endereço no registro imobiliário, o município deverá apresentar declaração de que se trata do mesmo imóvel.

**Art. 5º** - Quando a natureza da reforma e/ou recuperação das USF, exigir a elaboração de Projeto Arquitetônico, estes deverão ser elaborados por engenheiros e arquitetos habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

**§ 1º** - Os projetos arquitetônicos de que trata o caput deste Artigo, deverão conter os seguintes elementos:

- I. ART do responsável técnico pelo projeto;
- II. Relatório técnico contendo memorial do projeto de arquitetura;
- III. Aprovação pela Vigilância Sanitária;
- IV. Aprovação do projeto arquitetônico na Prefeitura.

**§ 2º** - Após análise e aprovação da proposta, o município deverá encaminhar uma 2ª via dos projetos à SESA, que poderá ser em mídia eletrônica.

**Art. 6º** - Todos os projetos de reforma e/ou recuperação, apresentados pelo município, deverão conter os seguintes documentos:

- I. Orçamento quantitativo juntamente com memorial descritivo, de acordo com o modelo da PRED-SEIL.
- II. Planilha de execução da reforma/recuperação com cronograma físico-financeiro, de acordo com o modelo da PRED-SEIL.
- III. Certidão atualizada do registro imobiliário do terreno, comprovando a titularidade do imóvel pelo município. Caso o município não tenha a propriedade do terreno registrado em cartório, deverá ser apresentada a Declaração de Situação do Terreno, na forma do Anexo I desta Resolução, juntamente com o registro do imóvel.
- IV. Especificação de materiais de acabamento de teto, pisos e paredes.
- V. Informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos sólidos; sobre os sistemas de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sobre a instalação de energia elétrica e lógica.



VI. Aplicação do projeto de identificação visual, conforme orientação da SESA.

**Art. 7º** - Para receber o Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação os municípios deverão:

- a) Ter Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde instituído e em funcionamento.
- b) Apresentar ata de aprovação da obra pelo Conselho Municipal de Saúde.
- c) Ter Plano Municipal de Saúde vigente e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.
- d) Ter aderido a Rede Mãe Paranaense comprometendo-se a realizar as ações de estratificação de risco e vinculação do parto das gestantes do município.
- e) Comprovar a existência de rubrica orçamentária no orçamento do município para execução da obra.
- f) Comprometer-se a:
  - Adotar medidas para a melhoria do acesso da população as Unidades de Saúde da Família – USF, mantendo equipes e as condições de ambiência para a realização das ações;
  - Manter atualizado o cadastro das famílias e dos indivíduos no Sistema de Informação estabelecido pelo Ministério da Saúde;
  - Manter atualizado o Cadastro das Unidades de Saúde da Família – USF e dos profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES;
  - Investigar todos os óbitos maternos e infantis no âmbito do seu município;
  - Aplicar o projeto de identificação visual, conforme estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde;
  - Incluir as cláusulas antifraude e anticorrupção, conforme Anexo da Resolução SESA nº 329/2015, ou ato que a venha substituir, em todos os processos administrativos para a contratação e execução da obra.

**Art. 8º** - A adesão será formalizada por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Incentivo de Custeio para reforma e/ou recuperação do APSUS (Anexo II desta Resolução).

**Art. 9º** - Os valores dos recursos financeiros a serem destinados pela SESA para o incentivo à reforma e/ou recuperação de cada USF respeitarão os seguintes parâmetros:

- I. Valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada USF.

§ 1º - Caso o custo final da reforma e/ou recuperação da USF seja superior ao incentivo financeiro repassado pela SESA, a respectiva diferença de valores deverá ser custeada por conta do próprio Município.

§ 2º - Caso o custo final da reforma e/ou recuperação da USF seja inferior ao incentivo repassado pela SESA, a respectiva diferença no valor dos recursos poderá ser utilizada pelo Município para o acréscimo de quantitativo de ações previstas em qualquer dos grupos de que trata o Art. 3º e dirigidas exclusivamente à mesma USF contemplada.

**Art. 10** - Uma vez publicada a Resolução de habilitação de que trata o parágrafo 2º, do Artigo 2º, o repasse dos recursos financeiros será realizado pelo Fundo Estadual de Saúde ao respectivo Fundo





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde



Municipal de Saúde na forma abaixo:

- I. Primeira parcela: equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total aprovado, a ser repassada após a publicação de resolução específica de habilitação; e
- II. Segunda parcela, equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor total aprovado, mediante a apresentação da respectiva Ordem de Início de Serviço, assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), devidamente ratificada pelo gestor local, e da entrega das cópias (que pode ser em mídia eletrônica) dos documentos do Processo Licitatório e do Contrato para a execução da obra, contendo as cláusulas antifraude e anticorrupção, para a SESA/SAS.

**Art. 11** - O Município restituirá recursos financeiros recebidos, atualizados monetariamente, acrescidos de juros legais na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado nos seguintes casos:

- I. Quando a obra não for executada ou executada parcialmente nos prazos estabelecidos conforme o Art. 12º;
- II. Quando a obra for executada total ou parcialmente em objeto diverso ao programa estabelecido;
- III. Quando for constatado, durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no Artigo 7º.

**Art. 12** - Os Municípios com projetos habilitados, deverão executar a obra no prazo máximo de 18 meses após o recebimento da primeira parcela.

**Art. 13** - Os municípios que aderirem ao incentivo de que trata a presente Resolução, deverão atender a Lei Federal nº 12.846/2013 – Anticorrupção, adotando todas as práticas dispostas na Resolução SESA nº 329/2015, nas demais resoluções que vierem substituí-la e fazer constar em seus instrumentos de contrato as cláusulas definidas no Anexo III da presente resolução, entre outras disposições abaixo relacionadas:

- I. Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução do Contrato e Termo Aditivo, evitando práticas corruptas e fraudulentas;
- II. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela Gestão Estadual se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA/FUNSAUDE. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
  - a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
  - b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
  - c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

5



- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
- e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

§ 1º - Como condição para repasse ou contratação, os tomadores deverão concordar e autorizar que, na hipótese de a adesão ou contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo banco mundial, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

§ 2º - Deverão os contratantes manifestarem ciência do conhecimento e da sujeição de todas as condições estabelecidas nas Condições Gerais do Contrato.

**Art. 14** - A fiscalização das obras será realizada pelos municípios, nos termos da legislação vigente, em conjunto com a Paraná Edificações-PRED/SEIL, com acompanhamento de profissional da Regional de Saúde.

§ 1º - Caberá a Paraná Edificações, proceder a cada 30 dias, ou em fração menor, conforme cronograma estabelecido, as aferições dos serviços executados, para emissão do Relatório de Vistoria de Obras-RVO, e após encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, aos cuidados da Diretoria Geral, a qual ficará responsável pelo recebimento do Relatório e pelo seu encaminhamento a outros setores da SESA.

§ 2º - Caberá à Paraná Edificações agendar, em conjunto com a Regional de Saúde, quando da visitação (*in loco*) às obras que estão sendo executadas na área de abrangência da Regional.

§ 3º - A Regional de Saúde deve adequar suas aferições ao agendamento da PRED/SEIL, que por sua vez deverá informar a data pretendida, com pelo menos 48 horas de antecedência.

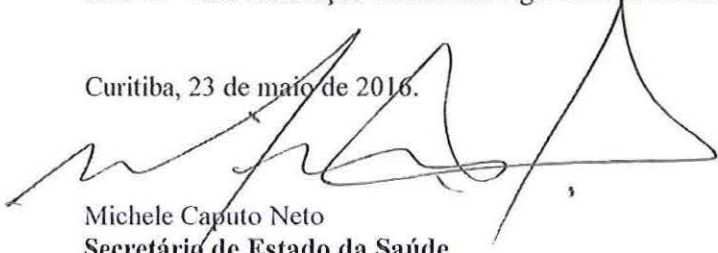
**Art. 15** - A SESA fará o monitoramento do estabelecido nessa Resolução, por meio das Regionais de Saúde, que deverá enviar fotos, em meio eletrônico, correspondentes às etapas de execução da obra, para a Superintendência de Atenção à Saúde – SAS/SESA.

**Art. 16** - A SESA por meio do Relatório de Gestão, informará ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas, os repasses feitos, ou a qualquer momento quando solicitado.

**Art. 17** - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2016, devendo onerar o Programa: Saúde para todo o Paraná / Iniciativa 4162 – Rede Mãe Paranaense, mediante prévia dotação orçamentária.

**Art. 18** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de maio de 2016.

  
Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400 Fax : 3330-4407  
[www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br) - [gabinete@sesa.pr.gov.br](mailto:gabinete@sesa.pr.gov.br)





**Anexo I da Resolução SESA nº 198/2016**

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE TERRENO**

Por meio do presente documento, (NOME DO MUNICÍPIO), sediada no (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob o nº (NUMERO DO CNPJ), neste ato representada por seu prefeito, Sr. (NOME DO PREFEITO), inscrito no Registro Geral sob o nº (NUMERO DO RG) e no CPF sob o nº (NUMERO DO CPF), para fins de celebração de Termo de Adesão ao Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família-USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária – APSUS, sob as penalidades da lei, declara serem verossímeis as informações que se seguem:

1. Não possui documentação comprobatória, com registro em cartório, da propriedade do terreno a ser beneficiado com o incentivo financeiro, situado: (ENDEREÇO COMPLETO DO TERRENO), encontrando-se na seguinte situação (inciso IX e §§ 11, 12, 13, 14 e 15 do art. 2º da IN/STN nº 01/97 e alterações):

1.1. Posse do Imóvel

- ☐ em área desapropriada ou em desapropriação por Estado, Município, Distrito Federal ou União;
- ☐ em área devoluta;
- ☐ em territórios ocupados por comunidades quilombolas ou indígenas, devidamente certificados por portaria de Órgão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, responsável pela delimitação, demarcação e regularização.

1.2. Imóvel recebido em doação

- ☐ da União, Estado, Município ou Distrito Federal já aprovada em lei ou em trâmite;
- ☐ de pessoa física ou jurídica, inclusive em trâmite.

1.3. ☐ Imóvel de Estado/Município recém emancipado. Data de emancipação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Providências adotadas para regularização da posse/propriedade.

1.4. ☐ imóvel pertencente a outro ente público que não o BENEFICIÁRIA, desde que a intervenção esteja autorizada pelo proprietário;



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde



- 1.5. ( ) contrato ou compromisso irrevogável e irrevogável de constituição de direito real sobre o imóvel, na forma de cessão de uso, concessão de direito real de uso;
- 1.6. ( ) imóvel em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- 1.7. ( ) imóvel objeto de sentença favorável aos ocupantes, transitada em julgado;
- 1.8. ( ) imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
2. Compromete-se a manter a unidade instalada no local indicado, garantindo sua prévia destinação e seu pleno funcionamento, em benefício da comunidade, segundo os preceitos do SUS.

LOCAL, DATA

\_\_\_\_\_  
(NOME DO PREFEITO)





**Anexo II da Resolução SESA nº 198/2016**

**TERMO DE ADESÃO Nº \_\_\_\_/2016**

**INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO PARA REFORMA/RECUPERAÇÃO DE  
USF DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – APSUS**

O Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, desenvolve-se como uma política do governo estadual, instituindo uma nova lógica para a organização da Atenção Primária à Saúde (APS), com estreitamento das relações entre o Estado e os Municípios e fortalecimento das capacidades de assistência e de gestão, com vistas à implantação das Redes de Atenção à Saúde (RAS).

Com base nos objetivos de fortalecer a atenção primária à saúde em seu papel de ordenadora dos demais níveis de atenção do sistema; qualificar o acesso e a capacidade resolutiva dos sistemas municipais de saúde; articular e consolidar as Redes de Atenção à Saúde, com a finalidade de dar respostas às expectativas e necessidades da população na promoção e cuidado à saúde, estruturam-se os componentes do Programa APSUS: 1. Qualificação das Equipes da atenção primária e estratégia Saúde da Família; 2. Investimentos em custeio para as equipes da APS; e, 3. Investimentos em infraestrutura de serviços por meio do repasse de recursos aos municípios para construção, ampliação e/ou reforma/recuperação de Unidades de Saúde da Família, e, distribuição de equipamentos, que ampliem acesso e resolutividade da atenção à saúde.

O repasse de recursos para reforma/recuperação, de que trata o Incentivo de Investimento do APSUS, para o Exercício de 20xx, está regulamentado pela Resolução do Secretário de Estado da Saúde do Paraná nº \_\_\_\_/2016, e, para fazer jus a esse recurso os municípios devem assinar ao Termo de Adesão.

**CLÁUSULA I – DA ADESÃO**

O Município de \_\_\_\_\_, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ/MF nº: \_\_\_\_\_, **ADERE** ao Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidade da Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, para o Exercício de 20xx, na modalidade de repasse Fundo a Fundo.

**CLÁUSULA II – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO DE ADESÃO a reforma e/ou recuperação de 01 (uma) Unidade de Saúde da Família.

**CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**



### DO MUNICÍPIO:

1. Ter Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde instituído e em funcionamento;
2. Ter Plano Municipal de Saúde vigente e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde;
3. Ter aderido a Rede Mãe Paranaense e realizar as ações de estratificação de risco e vinculação do parto das gestantes do município;
4. Comprometer-se a:
  - Adotar medidas para a melhoria do acesso da população as Unidades de Saúde da Família-USF, mantendo equipes e as condições de ambiência para a realização das ações;
  - Possibilitar a participação das equipes de atenção primárias nas capacitações técnicas promovidas pela SESA;
  - Manter atualizado o cadastro das famílias e dos indivíduos no Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB, do Ministério da Saúde;
  - Manter atualizado o Cadastro das Unidades de Saúde da Família-USF e dos profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde - SCNES;
  - Investigar todos os óbitos maternos e infantis no âmbito do seu município;
  - Adotar o padrão de identidade visual estabelecido pela SESA;
  - Incluir as cláusulas antifraude e anticorrupção, conforme Anexo da Resolução SESA nº 329/2015, ou ato que a venha substituir, em todos os processos administrativos para a contratação e execução da obra.
5. Executar a obra no prazo máximo de 18 meses após o recebimento da primeira parcela.
6. Adotar práticas de anticorrupção, devendo:
  - I. Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;
  - II. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
    - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
    - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar





a execução dos recursos;

- Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
- Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

7. Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo a disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

#### **DA SESA:**

1. Repassar para o MUNICÍPIO o recurso financeiro para a consecução do constante no objeto da cláusula II do presente Termo, no limite de R\$ 150.000,00.

#### **CLÁUSULA IV – DOS RECURSOS**

Repassar para o MUNICÍPIO o recurso financeiro para a consecução do constante no objeto da cláusula II do presente Termo, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para a reforma/recuperação de 01 Unidade de Saúde da Família, que correrão à conta da Dotação Orçamentária específica da Secretaria de Estado da Saúde, recursos da Fonte do Tesouro do Estado, e serão repassados em 02 parcelas conforme cronograma abaixo:

- 1ª parcela correspondente a 20% do valor total previsto, mediante a assinatura pelo município do termo de adesão;
  - 2ª parcela correspondente a 80% do valor total aprovado, mediante a apresentação da respectiva Ordem de Início de Serviço, assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), devidamente ratificada pelo gestor local e, da entrega das cópias (que pode ser em mídia eletrônica) dos documentos do Processo Licitatório e do Contrato para a execução da obra, contendo as cláusulas antifraude e anticorrupção, para a SESA.
1. Caso o custo final da reforma e/ou recuperação da USF seja superior ao incentivo financeiro repassado pela SESA, a respectiva diferença de valores deverá ser custeada por conta do próprio Município.
  2. Caso o custo final da reforma e/ou recuperação da USF seja inferior ao incentivo repassado pela SESA, a respectiva diferença no valor dos recursos poderá ser utilizada pelo Município para o acréscimo de quantitativo de ações previstas em qualquer dos grupos de que trata o art. 3º da Resolução SESA que disciplina o repasse, e dirigidas exclusivamente

#### **GABINETE DO SECRETÁRIO**



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde



à mesma USF contemplada.

3. Os rendimentos auferidos oriundos da aplicação financeira poderão ser utilizados na consecução do que trata o objeto deste Termo.

#### **CLÁUSULA V – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este Termo de Adesão poderá ser rescindido, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- I. quando não for executado o objeto proposto na Cláusula II.
- II. quando do não cumprimento de qualquer cláusula deste Termo de Adesão. .

#### **CLÁUSULA VI – DA ALTERAÇÃO**

Este Termo de Adesão poderá ser alterado, bem como seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, sendo vedada a mudança do objeto.

#### **CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Questões omissas a este documento deverão ser resolvidas no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná.

#### **CLÁUSULA VIII – DO FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Adesão, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

(preencher com o NOME)  
**Secretário de Municipal da Saúde**

**Prefeito de** \_\_\_\_\_

12





**Anexo III da Resolução SESA nº 198/2016**

**CLÁUSULA A SER INCLUÍDA EM TODOS OS EDITAIS, CONTRATOS E TERMOS**

**XX - FRAUDE E CORRUPÇÃO**

XX.1 - O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco<sup>1</sup>. Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) **“prática corrupta”**<sup>2</sup>: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) **“prática fraudulenta”**<sup>3</sup>: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) **“prática colusiva”**<sup>4</sup>: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) **“prática coercitiva”**<sup>5</sup>: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) **“prática obstrutiva”**: significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

<sup>1</sup>. Nesse contexto, será imprópria qualquer atitude tomada no intuito de influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato para obter vantagens indevidas.

<sup>2</sup>. Para os fins deste parágrafo, “terceiros” refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, “funcionário público” inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

<sup>3</sup>. Para os fins deste parágrafo, “parte” refere-se a um funcionário público; os termos “benefício” e “obrigação” são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o “ato ou omissão” tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

<sup>4</sup>. Para os fins deste parágrafo, o termo “partes”<sup>1</sup> refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

<sup>5</sup>. Para os fins deste parágrafo, “parte” refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Saúde



(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco<sup>6</sup>, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado<sup>7</sup> subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

<sup>6</sup> Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, *inter alia*, impedimento “cruzado”, conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

<sup>7</sup> Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

14





## Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **45358/2016**



Título Resolução SESA nº 198/2016

Órgão SESA - Secretaria de Estado da Saúde


Depositário RAQUEL STEIMBACH BURGEL

E-mail RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR

Enviada em 24/05/2016 09:48

 **Diário Oficial Executivo** Secretaria da Saúde

✦ Resolução-EX (Gratuita)

 198.16.rtf  
196,30 KB

Data de publicação



25/05/2016 Quarta-feira

Gratuita



Diagramada

24/05/16  
14:02Nº da Edição  
do Diário:  
9705Histórico**TRIAGEM REALIZADA**



## RESOLUÇÃO SESA nº 494/2018

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 45, XIV da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e o Art. 8º, inciso IX do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 9.921/2014 e,

- considerando as diretrizes e princípios para a consolidação do Sistema Único de Saúde, Art. 196 da Constituição Federal 1988, que dispõe sobre universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e controle social;
- considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo, e, em seu Art. 19, combinado com o artigo 20, dispõe que o rateio dos recursos dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais, nos termos do inciso II do § 3º do Art. 198 da Constituição Federal, devendo as transferências dos Estados para os Municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde, serem realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Portaria GM/MS nº 2.488 de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Primária, e, no que diz respeito às competências das Secretarias Estaduais de Saúde, inciso II, dispõe que deve ser destinado recursos estaduais para compor o financiamento tripartite da Atenção Primária, prevendo, entre outras, formas de repasse fundo a fundo para custeio e investimento das ações e serviços;
- considerando a Lei Estadual 13.331/2001, em seu Art. 12 - inciso XVI, dispõe que o Estado deve exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;
- considerando Resolução SESA nº 237/2012, que estabelece a utilização do Fator de Redução das Desigualdades Regionais, para definição da alocação dos recursos estaduais da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;
- considerando o Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, que tem a reorganização da Atenção Primária como eixo estruturante das Redes de Atenção à Saúde;
- considerando Decreto do Governo do Estado do Paraná nº 7986/2013, que regulamenta a Lei Complementar nº 152 de 10/12/2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAUDE;
- considerando a Resolução SESA nº 721/2013, e Resolução SESA nº 416/2014, que institui o Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, 170 – Rebouças – 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400  
[www.saude.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br) - [gabinete@sesa.pr.gov.br](mailto:gabinete@sesa.pr.gov.br)





- considerando a Deliberação CIB/PR nº 054/2016, que aprova o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família-USF, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde - APSUS, na modalidade "Fundo a Fundo", para o quadriênio de 2016/2019.
- considerando a Resolução SESA nº 198/2016, que disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde - APSUS, para o quadriênio de 2016/2019, na modalidade "Fundo a Fundo";

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar a relação dos municípios que atenderam as exigências estabelecidas na Resolução SESA nº 198/2016, para receberem os recursos estaduais para reforma e/ou recuperação de Unidade de Saúde da Família, na modalidade fundo a fundo.

	<b>Município</b>	<b>Fator de Redução</b>	<b>Valor</b>
01	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	4,85	150.000,00
02	CAFELÂNDIA	6,75	150.000,00
03	CAFELÂNDIA	6,75	150.000,00
04	CAMPO MOURÃO	6,96	150.000,00
05	CASCAVEL	6,78	138.222,89
06	CASTRO	6,05	149.070,59
07	CERRO AZUL	4,20	150.000,00
08	GENERAL CARNEIRO	5,29	150.000,00
09	GOIOXIM	3,97	150.000,00
10	GUAIRAÇA	6,98	150.000,00
11	MARMELEIRO	5,39	150.000,00
12	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	5,82	150.000,00
13	NOVA LARANJEIRAS	3,71	127.686,03
14	NOVA LONDRINA	6,57	150.000,00
15	PARANAVAÍ	6,54	116.342,81
16	PATO BRANCO	6,87	150.000,00
17	PINHAIS	7,05	142.970,69

*JP*



18	PINHAIS	7,05	150.000,00
19	PINHAIS	7,05	130.524,22
20	PINHAIS	7,05	150.000,00
21	PINHAIS	7,05	87.861,70
22	PINHAIS	7,05	150.000,00
23	PINHÃO	5,17	149.999,59
24	PINHÃO	5,17	149.888,59
25	PITANGA	5,31	92.721,60
26	RIO BONITO DO IGUAÇU	4,01	150.000,00
27	ROSÁRIO DO IVAÍ	4,33	114.259,30
28	ROSÁRIO DO IVAÍ	4,33	71.970,32
29	RONCADOR	5,52	79.918,30
30	TAMBOARA	5,72	150.000,00
31	TERRA BOA	5,80	150.000,00
32	TOLEDO	7,06	150.000,00
33	TOLEDO	7,06	149.966,13
34	TOLEDO	7,06	149.817,29
35	TURVO	4,72	147.662,60
36	VERÊ	5,33	149.300,72

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de julho de 2018

Antônio Carlos F. Nardi  
Secretário de Estado da Saúde





## Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **69368/2018**  
Título Resolução SESA nº 494/2018  
Órgão SESA - Secretaria de Estado da Saúde  
Depositário RAQUEL STEIMBACH BURGEL  
E-mail RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR  
Enviada em 06/07/2018 09:11

Diário Oficial Executivo  
Secretaria da Saúde  
Resolução-EX (Gratuita)  
494.18.rtf  
145,12 KB

Data de publicação



09/07/2018 Segunda-feira

Gratuita

Aprovada

06/07/18  
09:41Nº da Edição  
do Diário:  
10226[Histórico](#)

TRIAGEM REALIZADA




CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## ASSESSORIA CONTÁBIL

Recebi nesta data, na condição de **ASSESSORA CONTÁBIL**, abaixo assinada, conforme estabelece o § 3º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 119/2020

Pato Branco, 25/6/2020

  
**Márcia Regina Zanoelo**  
**Assessora Contábil**







## ASSESSORIA CONTÁBIL

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/2020

Busca o Executivo Municipal, através do **Projeto de Lei nº 119/2020**, obter autorização Legislativa para abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O Projeto em análise acresce ao orçamento do Município de Pato Branco, dotação orçamentária não existente no exercício de 2020, dentro da Secretaria Municipal de Saúde, que será utilizada para reforma da Unidade Básica de Saúde - Bairro Bortot com recursos relativos à Resolução SESA nº 198/2016, a qual disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para Reforma de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS.

↓ **08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

↓ 08.01 - Atenção Básica

↓ 10.301.0043.1.070 - Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde

↓ 4.4.90.51 - Obras e Instalações

↓ Fonte - 354

A dotação orçamentária acima citada observa a especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2020 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

4 4 90 51 00 00	OBRAS E INSTALAÇÕES	Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.
-----------------	------------------------	---

A Lei nº. 4320/64 nos artigos 40, 41, inciso II ,42 e 43 tratam dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

**Art. 40.** São **créditos adicionais**, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

**II - especiais**, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

**Art. 42.** Os créditos suplementares e **especiais** serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".

**Art. 43** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º. Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

**II – os provenientes de excesso de arrecadação.**



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1549



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [contabilidade@patobranco.pr.leg.br](mailto:contabilidade@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



§ 3º. Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º. Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- ❖ a prévia autorização legislativa e
- ❖ a indicação de recursos.

Conforme indicado à cobertura se dará pela utilização de **Excesso de Arrecadação** da Fonte de Recurso Vinculado não prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2020, com base no que disciplina os parágrafos 1º, inciso II e 3º e 4º do art.43 da Lei 4320/64, conforme **Fonte**:

## ↓ 354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot

Os artigos 1º e 2º que preceituam sobre as alterações orçamentárias sugeridas, uma vez que o Executivo deseja compatibilizar o Plano Plurianual - PPA 2018/2021 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020 com a Lei Orçamentária em vigor, devem ser observadas. Diante disso deve ser readaptado o artigo 1º uma vez que a Lei ali citada não condiz com o PPA-2018/2021, devendo as três matérias orçamentárias obrigatoriamente estarem ajustadas entre si.

### EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 1º do Projeto de Lei em análise que passar a vigora com o seguinte teor:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

Assim como se faz necessária emenda modificativa ao artigo 4º pois possui erro material, sendo que o projeto é de excesso de arrecadação e consta como superávit.

### EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 4º do Projeto de Lei em análise que passar a vigora com o seguinte teor:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1549



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [contabilidade@patobranco.pr.leg.br](mailto:contabilidade@patobranco.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00

Feitos os ajustes necessários o projeto se encontrará apto a seguir seu tramite normal, em conformidade com as normas que regem a matéria e com legislação específica no que for pertinente bem como com o que preceitua a Lei.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 25 de junho de 2020.

  
Márcia Regina Zanoelo  
CRC-PR Nº. 027.823/0-3



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1549

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / [contabilidade@patobranco.pr.leg.br](mailto:contabilidade@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 119/2020.

Pato Branco, 26 de junho de 2020.



Carlinho Antonio Polazzo - DEM  
Presidente

Relator: \_\_\_\_\_

*Gilson*

Data: \_\_\_\_\_

*26/06/2020*



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1865/2020  
Data: 02/07/2020 - Horário: 13:26  
Legislativo - EM 61/2020



Exmo. Senhor  
**Moacir Gregolin**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, membros da Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 119/2020, o qual visa autorizar o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 01:



Modifica a redação do artigo 1º do Projeto de Lei em análise que passa a vigorar com o seguinte teor:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

Nesses termos pede deferimento.

Pato Branco, 01 de julho de 2020.

  
**Carlinho Polazzo**  
Presidente

  
**José Gilson Feitosa**  
Relator

  
**Vilmar Maccari**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA - PT

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1866/2020  
Data: 02/07/2020 - Horário: 13:27  
Legislativo - EM 62/2020



Exmo. Senhor  
**Moacir Gregolin**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, membros da Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 119/2020, o qual visa autorizar o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 02:



Modifica a redação do artigo 4º do Projeto de Lei em análise que passa a vigorar com o seguinte teor:

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00

Nesses termos pede deferimento.

Pato Branco, 01 de julho de 2020.

  
**Carlinho Polazzo**  
Presidente

  
**José Gilson Feitosa**  
Relator

  
**Vilmar Maccari**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

Gabinete do Vereador Gilson Feitosa

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1864/2020  
Data: 02/07/2020 - Horário: 11:21  
Legislativo - PCOF 95/2020



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 119/2020**

**Proponente:** Executivo Municipal

**Relator:** José Gilson Feitosa da Silva – PT

**Súmula:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

**RELATÓRIO**

O projeto em questão, de autoria do Executivo Municipal prevê autorização a fim de criar nova fonte de recurso com Crédito Especial no orçamento, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O recurso é referente ao repasse de recurso por excesso de arrecadação junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente a Resolução SESA nº198/2016, a qual disciplina o repasse do Incentivo Financeiro para reforma de Unidades de Saúde da Família.

Dessa forma, por meio da Resolução SESA nº 494/2018 foi aprovado o repasse de recurso estaduais para realização da reforma na Unidade Básica de Saúde do bairro Bortot.

O Parecer Contábil dessa Casa de Leis, chama atenção para duas emendas, afim de adequar com o PPA e a LDO em vigência, no mais, foi favorável a tramitação normal, informando que o Projeto está em conformidade com as normas vigentes.

**VOTO DO RELATOR**

Após análise do projeto, compreende-se que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.  
Pato Branco, 01 de julho de 2020.

  
**Carlinho Rolazzo**  
Presidente

  
**José Gilson Feitosa**  
Relator

  
**Vilmar Maccari**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532

http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br





**PROJETO DE LEI Nº 119/2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.259/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	120.000,00

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01	Atenção Básica	
10	Saúde	
10.301	Atenção Básica	
10.301.0043	Manutenção da Saúde	
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	
4.4.90.51 – 354	Obras e Instalações	120.000,00
<b>Total</b>		<b>120.000,00</b>

**Art. 4º** Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00
<b>Total</b>	<b>120.000,00</b>

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



*[Handwritten signature]*



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**SECRETARIA DE GABINETE**  
**LEI Nº 5.550, DE 8 DE JULHO DE 2020**



Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.259/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	120.000,00

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01	Atenção Básica	
10	Saúde	
10.301	Atenção Básica	
10.301.0043	Manutenção da Saúde	
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	
4.4.90.51 – 354	Obras e Instalações	120.000,00
Total		120.000,00

**Art. 4º** Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00
Total	120.000,00

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 8 de julho de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
**Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini**  
**Código Identificador:52AB1C4C**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/07/2020. Edição 2049  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**



**SECRETARIA DE GABINETE**  
**DECRETO Nº 8.731, DE 8 DE JULHO DE 2020**

Abre Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.550, de 8 de julho de 2020.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica alterado o Programa da Lei nº 5.259/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

**Art. 2º** Fica criada ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	120.000,00

**Art. 3º** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01	Atenção Básica	
10	Saúde	
10.301	Atenção Básica	
10.301.0043	Manutenção da Saúde	
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	
4.4.90.51 – 354	Obras e Instalações	120.000,00
Total		120.000,00

**Art. 4º** Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00
Total	120.000,00

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 8 de julho de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

Prefeito

**Publicado por:**  
**Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini**  
**Código Identificador:297383DE**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/07/2020. Edição 2049  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
**ATA DE PARECER TÉCNICO DE EMPRESA**  
**HOSPITAL DA VISÃO DE PATO BRANCO LTDA**  
**CNPJ: 08.722.824/0001-87**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2018**  
Aos 08 (oito) dias do mês de julho do ano de 2020, às 16h00min, na sala de Abertura e de Licitações da Prefeitura Municipal do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP: 85.501-025 reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vistoria, que subscrevem a presente ata ao final, para certificarem a documentação da análise técnica da capacidade instalada da empresa: **HOSPITAL DA VISÃO DE PATO BRANCO LTDA, CNPJ 08.722.824/0001-87** referente ao edital de Chamamento Público nº 05/2018, que tem por objeto o chamamento para credenciamento de instituições privadas prestadoras de Serviços em Apoio à Diagnóstico e Terapia. Depois de acatado o Parecer Técnico emitido pela Comissão Especial de Vistoria, nomeada pela Portaria 693/2019, registrou-se que a empresa: **HOSPITAL DA VISÃO DE PATO BRANCO LTDA, CNPJ 08.722.824/0001-87** está apta a continuar com a prestação de serviços. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa: **HOSPITAL DA VISÃO DE PATO BRANCO, CNPJ 08.722.824/0001-87**, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos participantes da sessão. Gracieli Ariani Ávila; Sabrina P. Rigon e Medianeira S. Pernanguá - Membros.

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**  
**ATA DE PARECER TÉCNICO DE EMPRESA**  
**CLÍNICA MÉDICA VASCO LTDA**  
**CNPJ: 78.243.490/0001-44**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2019**  
Aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de 2020, às 15h30min, na sala de Abertura e de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco – Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP: 85.501-025 reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vistoria, que subscrevem a presente ata ao final, para certificarem a documentação da análise técnica da capacidade instalada da empresa: **CLÍNICA MÉDICA VASCO LTDA, CNPJ 78.243.490/0001-44**, referente ao Chamamento Público nº 02/2019, que tem por objeto o chamamento para credenciamento de instituições privadas prestadoras de Serviços em Apoio à Diagnóstico e Terapia. Depois de acatado o Parecer Técnico emitido pela Comissão Especial, nomeada pela Portaria 693/2019, registrou-se que a empresa: **CLÍNICA MÉDICA VASCO LTDA, CNPJ 78.243.490/0001-44**, está apta a continuar com a prestação de serviços. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa: **CLÍNICA MÉDICA VASCO LTDA, CNPJ 78.243.490/0001-44**, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos participantes da sessão. Gracieli Ariani Ávila; Sabrina P. Rigon e Medianeira S. Pernanguá - Membros.

**MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Tomada de Preços 07/2020**  
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR, torna público que realizará, às 09h00min, do dia 29/07/2020, na sede da Pref. Municipal, licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 07/2020, do tipo Menor Preço, visando a contratação de empresa para a execução da obra de pavimentação asfáltica a ser executada no trecho da estrada vicinal com início no perímetro urbano sentido Comunidade São João Batista, com extensão de 0,30 km e largura de 6,0 metros no município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com o Projeto Básico, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo em anexo. Edital disponível no site [www.bomsucessodossul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodossul.pr.gov.br), podendo ainda ser solicitado pelo e-mail [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br) e pregoeiro\_bss@hotmail.com. Informações pelo fone (41) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 09 de julho de 2020.

Josiane Folle  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Tomada de Preços 08/2020**  
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR, torna público que realizará, às 14h00min, do dia 29/07/2020, na sede da Pref. Municipal, licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 08/2020, do tipo Menor Preço, visando a contratação de empresa para a execução da obra de pavimentação com pedras polidicas, sendo 8.700m² a ser executada no trecho ligando o estacionamento para a comunidade de São Sebastião do Paredão sentido com a divisa de Município com extensão de 1,450 km e largura de 6,0 metros no interior do município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com o Projeto Básico, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo em anexo. Edital disponível no site [www.bomsucessodossul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodossul.pr.gov.br), podendo ainda ser solicitado pelo e-mail [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br) e pregoeiro\_bss@hotmail.com. Informações pelo fone (41) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 09 de julho de 2020.

Josiane Folle  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8580/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAIPAVA DO OESTE E A EMPRESA DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 08.508.611/0001 - 00, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia Civil com a finalidade da execução de obra de obra para execução de pavimentos em Pavimento asfáltico e execução de obras de saneamento básico, conforme Edital de Tomada de Preços nº 008/2018, fora alterado o prazo de vigência contratual, prorrogando para mais 120 (cento e vinte) dias, passando de 08 (oito) dias de julho de 2020, para 08 (oito) dias de novembro de 2020, de acordo com o requerimento da empresa, conforme justificativa da comissão municipal e de acordo com o Art. 57 e 65 da Lei nº 8666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - As partes signatárias deste Termo Aditivo ratificam, por inteiro todas as demais cláusulas, subcláusulas e disposições do Contrato nº 8580/2018, as quais permanecerão válidas e obrigatórias, ressalvadas as partes expressamente alteradas por este instrumento. Itaipava DO OESTE, 08 (oito) dias de julho de 2020.**

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
O Município de Coronel Vivida/PR, torna público que realizará, às 14h00min, do dia 29/07/2020, na sede da Pref. Municipal, licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 008/2020, do tipo Menor Preço, visando a contratação de empresa para a execução da obra de pavimentação com pedras polidicas, sendo 8.700m² a ser executada no trecho ligando o estacionamento para a comunidade de São Sebastião do Paredão sentido com a divisa de Município com extensão de 1,450 km e largura de 6,0 metros no interior do município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com o Projeto Básico, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo em anexo. Edital disponível no site [www.bomsucessodossul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodossul.pr.gov.br), podendo ainda ser solicitado pelo e-mail [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br) e pregoeiro\_bss@hotmail.com. Informações pelo fone (41) 3234-1135.

**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 07/2020**  
**TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**  
**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 01 E EXCLUSIVO PARA MELHOR EPP PARA O LOTE 02**  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE DADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E OUTROS SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ATRAVÉS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS LOCAL E REMOTO. Praça Agostinho Mazzoni, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até às 09h00 do dia 28 de julho de 2020. Abertura dos envelopes às 09h01 do dia 28 de julho de 2020. VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 195.894,28. Prazo de vigência: 12 meses. O Edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08h00 às 17h00 horas e das 13h30 às 17h30 horas ou através do site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br). Informações (41) 3232-8300. Coronel Vivida, 09 de julho de 2020. Ademir Antônio Aguiar, Presidente da CPL.

**HOMOLOGAÇÃO**  
O Prefeito Municipal, Eládio Zimmerman de Moraes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520/2002, a vista do Termo de Adjudicação exarado pela Pregoeira, resolve HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 043/2020 - PMM, que tem por objeto: Seleção de propostas visando a aquisição de equipamentos agrícolas, sendo pulverizador, carreta agrícola basculante e distribuidor de estercor líquido, para compor patrulha mecanizada desta municipalidade, as empresas proponentes vencedoras: **TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, foi vencedora do item 01 com o valor global de R\$ 9.997,00 (nove mil, novecentos e noventa e sete reais), **TORNEARIA CAVAZZOLA LTDA**, foi vencedora do item 02 com o valor global de R\$ 26.499,66 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), **SCHLICKMANN & ROTA LTDA**, foi vencedora do item 03 com o valor global de R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais).

Mangueirinha, 09 de Julho de 2020  
**ELÍDIO ZIMMERMAN DE MORAES**  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**LEI Nº 555 DE 06 DE JULHO DE 2020**  
Ato de Execução Municipal a ser usado no exercício de 2020, no valor de R\$ 2.492,87 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos) e dois reais e oitenta e sete centavos).  
A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º Adota o Executivo Municipal o Programa da Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Programa [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 2º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
2345 [Liberdade Cidadã - FIA Estadual] 375,93  
2350 [Fortalecimento do Atendimento das Crianças e Adolescentes vítimas de Violência - CEAS - Material de Consumo R\$ 2.232,00 - FIA ESTADUAL] 111,41  
2352 [Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - FIA ESTADUAL] 128,53  
2370 [Incentivo à Pessoa com Deficiência - PCD II Diferença nº 12/2018 - CEAS (valores adaptados)] 1.854,00  
Total 2.492,87

Art. 3º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 4º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 5º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 6º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 7º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 8º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 9º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 10º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 11º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 12º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 13º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 14º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 15º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 16º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 17º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 18º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 19º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 20º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 21º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 22º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 23º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 24º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 25º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 26º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 27º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 28º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 29º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 30º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 31º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 32º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 33º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 34º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 35º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 36º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 37º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 38º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 39º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 40º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 41º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 42º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 43º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 44º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 45º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 46º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 47º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 48º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 49º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 50º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 51º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 52º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 53º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 54º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 55º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 56º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 57º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 58º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 59º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 60º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 61º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 62º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 63º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 64º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 65º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 66º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 67º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 68º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 69º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 70º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 71º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 72º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 73º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 74º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 75º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 76º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 77º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 78º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 79º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 80º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 81º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 82º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 83º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 84º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.303/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:  
Código [Especificação] Valor R\$  
0023 [Assistência à Criança e ao Adolescente] 2.492,87  
Art. 85º Adota o Executivo Municipal a emenda à Lei nº 5.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**SECRETARIA DE GABINETE**  
**LEI Nº 5.550, DE 8 DE JULHO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	120.000,00

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	120.000,00

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.01	Atenção Básica	
10	Saúde	
10.301	Atenção Básica	
10.301.0043	Manutenção da Saúde	
1.070	Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	
4.4.90.51 – 354	Obras e Instalações	120.000,00
<b>Total</b>		<b>120.000,00</b>

**Art. 4º** Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
354 - Reforma/Recuperação da Unidade de Saúde da Família do Bairro Bortot	120.000,00
<b>Total</b>	<b>120.000,00</b>

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 8 de julho de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**LEI REPUBLICADA POR ERRO MATERIAL**

**Publicado por:**  
**Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini**  
**Código Identificador:2A088256**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/07/2020. Edição 2051

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua devida apreciação, sob pena de, não podendo se paralisar no âmbito de sua vigência, Coroad Vitoria, 02 de julho de 2020. Frank Atila Schiavari, Prefeito.





**PLO 119/2020 - Projeto de Lei Ordinária**

**Mensagem nº 88/2020**

**Ementa:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2020, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

(Por Excesso de Arrecadação, junto a Secretaria Municipal de Saúde. O recurso é referente à Resolução SESA nº 198/2016, a qual disciplina o repasse do Incentivo Financeiro de Custeio para Reforma de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, Resolução esta que o município atendeu as exigências para o recebimento de recursos. Desta forma, a Resolução SESA nº 494/2018 aprovou ao Município de Pato Branco o repasse de recursos estaduais para a realização da reforma da Unidade Básica de Saúde – Bairro Bortot, a qual se encontra localizada na Rua Olavo Bilac, nº 377. O valor destinado para a reforma corresponde a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)).

**Autor:** Prefeito Augustinho Zucchi

**Protocolo:** 1756/2020 **Data de entrada:** 23 de junho de 2020

**Leitura em Plenário:** 24 de junho de 2020

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**Distribuído em:** 26 de junho de 2020

**Relator:** José Gilson Feitosa da Silva - PT

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 2 de julho de 2020

**VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 6 de julho de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos. Aprovado com **emenda modificativa.**

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 8 de julho de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 336/2020/DL, de 8 de julho de 2020.

**SANÇÃO:** Lei nº 5550, de 8 de julho de 2020. Decreto nº 8731, de 8 de julho de 2020.

**PUBLICAÇÃO:** Publicados na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7676, de 10 de julho de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/7/2020. Edição nº 2049.

Republicada na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7678, de 14 de julho de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/7/2020. Edição nº 2051.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)

